

Aquarius Energética S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

AQUARIUS ENERGÉTICA S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2022

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos Srs. acionistas o Relatório da Administração e o conjunto das Demonstrações Financeiras da AQUARIUS ENERGÉTICA S.A relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório de Auditoria Independente.

As demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. A COMPANHIA

Com sede localizada na cidade de Sonora - MS, a Companhia tem por atividade a geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aquarius Energética S.A. (“Companhia”) foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

Os custos e despesas se mantiveram em níveis normais, sem variações relevantes.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia mantém uma rígida política de manutenção em seus equipamentos, mantendo-se totalmente aderente às exigências da ANEEL, com isso, mesmo com fatores de produção estáveis, geramos 3.953Mwh adicionais ao compromisso de fornecimento contratado, totalizando assim 35.474Mwh produzidos e comercializados em 2022.

4. GESTÃO DE MEIO AMBIENTE

Atenta ao cumprimento da legislação ambiental e às alternativas para o desenvolvimento sustentável e dando continuidade à sua política, a Companhia desenvolve suas atividades com absoluto respeito ao meio-ambiente.

5. DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Administração propõe aos seus acionistas que em relação ao resultado do exercício no montante de R\$ 11.545 mil sejam destinados: (i) R\$ 9.490 mil para o pagamento dos dividendos; (ii) a ratificação pelos acionistas no que concerne ao pagamento de R\$ 1.756 mil de dividendos intermediários já pagos; e (iii) 299 mil para a constituição de reserva para futuros investimentos.

6. AGRADECIMENTOS

A Companhia agradece ao seu cliente, a todos os seus fornecedores e demais instituições pela confiança e apoio à Administração, bem como a seus colaboradores, pela dedicação e integração com os planos empreendidos.

A Diretoria

LUCA GIOBBI
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da

Aquarius Energética S.A.

Sonora – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Aquarius Energética S.A.. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aquarius Energética S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 17 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/F



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

Aquarius Energética S.A.**Balancos patrimoniais**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.850	3.583	Fornecedores		19	155
Contas a receber	9	2.168	1.525	Obrigações trabalhistas		193	114
Outros créditos		<u>51</u>	<u>39</u>	Tributos a recolher		33	12
Total do ativo circulante		<u>12.069</u>	<u>5.147</u>	Impostos de renda e contribuição social a pagar	12	39	24
Não circulante				Dividendos a pagar	14	<u>11.557</u>	<u>5.500</u>
Realizável a longo prazo				Total do passivo circulante		<u>11.841</u>	<u>5.805</u>
Outros créditos		<u>8</u>	<u>8</u>	Não circulante			
Imobilizado	11	<u>6.511</u>	<u>7.099</u>	Partes relacionadas		-	1
Total do ativo não circulante		<u>6.519</u>	<u>7.107</u>	Provisão para contingências	13	<u>1</u>	<u>1</u>
				Total do passivo não circulante		<u>1</u>	<u>2</u>
				Total do passivo		<u>11.842</u>	<u>5.807</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	4.725	4.725
				Reservas de lucros		<u>2.021</u>	<u>1.722</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>6.746</u>	<u>6.447</u>
Total do ativo		<u>18.588</u>	<u>12.254</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>18.588</u>	<u>12.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	16	14.459	11.751
Custo dos serviços vendidos	17	<u>(2.916)</u>	<u>(2.353)</u>
Lucro bruto		<u>11.543</u>	<u>9.398</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(212)	(295)
Outras despesas operacionais, líquidas	17	<u>(28)</u>	<u>(7)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		<u>11.303</u>	<u>9.096</u>
Receitas financeiras		681	151
Despesas financeiras		<u>(5)</u>	<u>(8)</u>
Resultado financeiro líquido	18	<u>676</u>	<u>143</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.979	9.239
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	<u>(434)</u>	<u>(356)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>11.545</u>	<u>8.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	11.545	8.883
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>11.545</u>	<u>8.883</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				Lucro líquido do exercício	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para futuros investimentos	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>4.725</u>	<u>945</u>	<u>394</u>	<u>3.051</u>	-	<u>9.115</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.883	8.883
Destinação do lucro líquido:						
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.051)	-	(3.051)
Dividendos intermediários					(3.000)	(3.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(5.500)	(5.500)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	383	-	(383)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>4.725</u>	<u>945</u>	<u>777</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.447</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.545	11.545
Destinação do lucro líquido:						
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(1.756)	(1.756)
Dividendos adicionais propostos					(9.490)	(9.490)
Destinação para reserva de retenção de lucros	-	-	299	-	(299)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>4.725</u>	<u>945</u>	<u>1.076</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.746</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Aquarius Energética S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.979	9.239
Ajustes			
Depreciação e amortização		639	628
Reversão de provisão para contingências		-	(125)
Resultado da baixa de ativo imobilizado	11	-	11
Encargos sobre mútuos	10	-	(24)
Variações em:			
Contas a receber		(643)	(419)
Outros créditos		(12)	(6)
Fornecedores		(136)	109
Impostos e contribuições a recolher		21	(3)
Obrigações trabalhistas		79	(45)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		11.927	9.365
Imposto de renda e contribuição social pagos		(419)	(344)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		11.508	9.021
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	11	(51)	(387)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(51)	(387)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Partes relacionadas		(1)	614
Dividendos pagos	14	(5.189)	(8.986)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(5.190)	(8.372)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		6.267	262
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.583	3.321
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		9.850	3.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Aquarius Energética S.A. (“Companhia”) foi constituída com objetivo de geração e exploração dos serviços de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074/95 e legislação pertinente, através de uma PCH (Pequena Central Hidrelétrica) para exploração do potencial energético do Rio Correntes, localizado no município de Sonora - MS, com potência instalada de 4,2 MW e potência assegurada de 3,69 MW.

A Companhia possui um contrato de fornecimento de energia para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (“Eletrobras”), assinado em 2008, com vigência até 30 de junho de 2026. A energia contratada pela Eletrobras é de 31.521 MWh por ano e o preço unitário da energia contratada é de R\$ 121,35/MWh, sendo reajustada anualmente pelo IGP-M, de acordo com a Portaria nº 045/2004 do Ministério de Minas e Energia. Em 31 de dezembro de 2022, o preço unitário de energia contratada encontra-se em R\$ 463,23/Mwh (R\$ 418,37/Mwh em 2021). A totalidade da energia gerada pela Companhia está contratada com a Eletrobras, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. A Companhia mantém dependência deste cliente, uma vez que 100% de seu faturamento está atrelado a este contrato.

O valor total estimado do contrato é de R\$ 51.105 referente ao prazo remanescente contratual de 3,5 anos (R\$ 59.343 em 2021), levando-se em consideração a energia contratada, o preço de energia e o prazo definido.

A Resolução nº 248, de 29 de maio de 2003, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL autorizou a Sonora Estância S.A. (parte relacionada da Companhia) a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica e através da Resolução nº 410, de 20 de dezembro de 2004, a ANEEL autorizou a transferência da exploração de energia para a Companhia.

Na data em que a administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, a administração da Companhia concluiu que não havia incertezas relevantes que pudessem colocar em dúvida a capacidade da Companhia de continuar operando nos próximos 12 meses, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 17 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 4 e nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 Contratos Onerosos sobre os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1 de janeiro de 2022. Anteriormente, a Companhia incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos.

As alterações aplicam-se prospectivamente a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. A Companhia analisou todos os contratos existentes em 1º de janeiro de 2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

6.2 Ativos financeiros

6.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são substancialmente decorrentes da venda de energia elétrica e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas esperadas de crédito (*impairment*).

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

6.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto;
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realizou uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros - Mensuração
subsequente e ganhos e perdas.**

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo
amortizado**

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo de investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6.2.3 Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- A mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- A nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

6.2.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela entrega de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais, e, portanto, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

6.4 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as instalações operacionais da Companhia. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A Companhia usa a taxa de depreciação de seu ativo imobilizado de acordo com as taxas propostas pela ANEEL e concluiu que a taxa de vida útil econômica sofreria alterações insignificantes com relação à taxa utilizada. As taxas utilizadas são conforme Nota 11 (a).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

6.5 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

A Companhia não identificou nenhum evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem necessidade de *impairment* de seus ativos não financeiros.

6.6 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

6.7 Provisões

As provisões e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (ii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.8 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

6.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda do exercício corrente é calculado nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base de lucro presumido de 8% sobre receita bruta.

A contribuição social do exercício é calculada na alíquota de 9% sobre base de lucro presumido de 12% sobre receita bruta.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro presumido.

6.10 Reconhecimento da receita

a. Venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros similares.

A receita operacional é composta pela receita de comercialização de energia elétrica (faturada ou não faturada). A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada à Eletrobrás, e calculada em base estimada, até a data do balanço.

Os registros de venda de compra e venda de energia elétrica na Eletrobrás estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

b. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas).

6.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

6.12 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

6.13 As novas normas e interpretações emitidas, relacionadas abaixo estão previsão entrar em vigor em 1º janeiro de 2023

- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

7 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está contemplada a seguir:

a. Revisão da vida útil recuperável do ativo imobilizado

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Bancos conta movimento	1.504	1.577
Aplicações financeiras	<u>8.346</u>	<u>2.006</u>
	<u>9.850</u>	<u>3.583</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e, portanto, foram consideradas como equivalentes de caixa. Essas aplicações financeiras são mantidas em bancos de primeira linha. Estão substancialmente representadas por Certificado de Depósito Bancário – CDB, e os rendimentos estão vinculados à taxa média ponderada de 4,1686% a.a. (2021 – 4,2510% a.a.).

9 Contas a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	2.191	1.548
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(23)</u>	<u>(23)</u>
	<u>2.168</u>	<u>1.525</u>

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
A vencer	2.168	1.525
Vencidas de 180 a 360 dias	<u>23</u>	<u>23</u>
	<u>2.191</u>	<u>1.548</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída para os recebíveis vencidos há mais de 180 dias, e também considerando a perda esperada, que conforme apurado pela administração são irrelevantes.

10 Partes relacionadas

a. Mútuo ativo

Não houve receita financeira proveniente de mútuo neste exercício (R\$ 24 em 2021).

Remuneração dos administradores

A remuneração e os honorários totais dos administradores da Companhia foram de R\$ 137 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 144 em 2021). Os mesmos não gozam de outras vantagens, a não ser os acionistas que recebem dividendos, caso existam lucros, na proporção de suas participações societárias.

11 Imobilizado

a. Composição

<u>Categoria</u>	<u>Taxas de depreciação (%)</u>	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Terrenos		15	-	15	15	-	15
Edificações e dependências	3,3 a 4% a.a.	11.342	(7.029)	4.313	11.136	(6.557)	4.579
Instalações e equipamentos	3 a 10% a.a.	1.499	(751)	748	1.499	(707)	793
Veículos	20% a.a.	75	(36)	39	75	(16)	59
Maquinismos e acessórios	2,5 a 10% a.a.	2.654	(1.287)	1.367	2.652	(1.188)	1.464
Móveis e utensílios	10% a.a.	31	(19)	12	31	(17)	14
Computadores e periféricos	4,5 a 20% a.a.	76	(59)	17	76	(57)	19
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	157	-	157
		<u>15.692</u>	<u>(9.181)</u>	<u>6.511</u>	<u>15.641</u>	<u>(8.542)</u>	<u>7.099</u>

b. Movimentação

Custo	Em 1º de	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de
	janeiro de				de dezembro de				2022
	2021				2021				
Terrenos	15	-	-	-	15	-	-	-	15
Edificações e dependências	11.049	87	-	-	11.136	-	-	206	11.342
Instalações e equipamentos	1.499	-	-	-	1.499	-	-	-	1.499
Veículos	49	75	(49)	-	75	-	-	-	75
Maquinismos e acessórios	2.585	67	-	-	2.652	2	-	-	2.654
Móveis e utensílios	30	1	-	-	31	-	-	-	31
Computadores e periféricos	76	-	-	-	76	-	-	-	76
Imobilizado em andamento	-	157	-	-	157	49	-	(206)	-
Total do custo	14.947	387	(49)	-	15.641	51	-	-	15.692
Depreciação	Em 1º de	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de	Adições	Baixas	Transf	Em 31 de
	janeiro de				de dezembro de				2022
	2021				2021				
Edificações e dependências	(6.094)	(463)	-	-	(6.557)	(472)	-	-	(7.029)
Instalações e equipamentos	(662)	(45)	-	-	(707)	(44)	-	-	(751)
Veículos	(32)	(22)	38	-	(16)	(20)	-	-	(36)
Maquinismos e acessórios	(1.094)	(94)	-	-	(1.188)	(99)	-	-	(1.287)
Móveis e utensílios	(15)	(2)	-	-	(17)	(2)	-	-	(19)
Computadores e periféricos	(55)	(2)	-	-	(57)	(2)	-	-	(59)
Total da depreciação	(7.358)	(628)	38	-	(8.542)	(639)	-	-	(9.181)
Imobilizado líquido	7.945	(241)	(11)	-	7.099	(588)	-	-	6.511

A Administração da Companhia não identificou eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

A Companhia utiliza a taxa de depreciação de seu ativo imobilizado no exercício de acordo com as taxas propostas pela ANEEL em 2022 e 2021 e concluiu que a vida útil econômica sofreria alterações insignificantes com relação à taxa atual vigente, e por esse motivo não efetuou nenhuma alteração na vida útil dos bens.

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Composição do saldo a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto de renda pessoa jurídica	2	20
Contribuição social sobre o lucro líquido	<u>37</u>	<u>4</u>
	<u><u>39</u></u>	<u><u>24</u></u>

b. Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social com o resultado da aplicação direta da alíquota dos respectivos tributos sobre o resultado societário

As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apuradas pelo regime de caixa, estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
Descrição	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>Total</u>
Receita bruta de venda de energia	14.339	14.339	14.339	11.761	11.761	11.761
Alíquota de presunção	8%	12%	20%	8%	12%	20%
Base de cálculo	1.147	1.721	2.868	941	1.411	2.352
Demais receitas	49	49	49	53	53	53
Base de cálculo total	<u>1.196</u>	<u>1.770</u>	<u>2.917</u>	<u>994</u>	<u>1.464</u>	<u>2.405</u>
 Cálculo do imposto de renda						
- Alíquota de 15%	(179)	-	(179)	(149)	-	(149)
- Adicional de 10%	<u>(96)</u>	<u>-</u>	<u>(96)</u>	<u>(75)</u>	<u>-</u>	<u>(75)</u>
Total do imposto de renda corrente	<u>(275)</u>	<u>-</u>	<u>(275)</u>	<u>(224)</u>	<u>-</u>	<u>(224)</u>
 Cálculo da contribuição social						
- Alíquota de 9%	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>	<u>(132)</u>
Total da contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>(159)</u>	<u>(159)</u>	<u>-</u>	<u>(132)</u>	<u>(132)</u>
 Total dos impostos correntes	<u>(275)</u>	<u>(159)</u>	<u>(434)</u>	<u>(224)</u>	<u>(132)</u>	<u>(356)</u>

13 Provisão para contingências

a. Provisionadas

A Companhia é parte em processos fiscais em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas, registradas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de consultores jurídicos externos, para as causas classificadas como de risco de perda provável.

A Companhia possui provisionados em 31 de dezembro de 2021 e 2022, valores para fazer face aos processos considerados prováveis de perda, cujos saldos finais estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Provisão processo FAP - INSS	1	1
	1	1
	2022	2021
Saldo no início do exercício	1	126
Reversões	-	(125)
Saldo no final do exercício	1	1

Em 2021 houve a reversão da contingência fiscal, decorrente da quitação do mútuo com a Sonora Estância S.A.

A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos entendem que não existem outros riscos de perda prováveis que deveriam ser registrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

b. Não provisionadas

A Companhia é, ainda, parte em processos fiscais em andamento, classificados como de risco possível pelos seus consultores jurídicos externos, para os quais não foi constituída provisão para riscos fiscais. Tais processos totalizam em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente, R\$ 2.714 (R\$ 2.538 em 2021) e estão relacionados com a construção da Companhia em que foi obtida junto à SEFAZ a dispensa de cobrança de ICMS Diferencial de Alíquotas à aquisição de equipamentos destinados à geração de energia. Contudo, após a finalização das obras, houve fiscalização das notas de aquisição destes equipamentos e, o SEFAZ obteve o entendimento de que os equipamentos adquiridos se referiam à transmissão de energia e não à geração de energia e desta forma a Companhia foi autuada.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social da companhia está representado por 4.725.185 ações ordinárias com valor nominal de R\$ 1,00. Abaixo estão apresentadas as participações por acionista no capital social da Companhia:

<u>Acionistas</u>	<u>% de participação</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Valor total</u>
Espólio de Francisco Giobbi	45,32	2.141.371	2.141
Maria Esther Giobbi	28,94	1.367.507	1.368
Emanuela Giobbi	5,23	247.024	247
Luca Giobbi	5,23	247.024	247
Cleiton Jarbas Valeis	8,36	395.229	395
IG Patrimonial Ltda	6,92	327.030	327
	<u>100,00</u>	<u>4.725.185</u>	<u>4.725</u>

b. Destinação do resultado

O lucro líquido apurado no exercício social terá a seguinte destinação:

- (i) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve complemento dessa reserva, pois a mesma atingiu o percentual de 20% do capital social.
- (ii) Foi adicionada à Reserva para Futuros Investimentos o valor de R\$ 299, que será destinado à manutenção preditiva para os próximos exercícios sociais.
- (iii) O estatuto social da Companhia não determina o valor de dividendos mínimos obrigatórios e, sendo assim, a Lei das Sociedades por Ações estabelece a distribuição mínima de 25% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal.
- (iv) Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022, foi aprovada a destinação do saldo da Reserva a disposição da assembleia para a distribuição complementar de dividendos. Em 31 de dezembro de 2022 a administração da Companhia está propondo distribuir R\$ 11.246 de dividendos, sendo R\$ 1.756 já pagos mediante antecipação de dividendos, conforme AGE ocorrida em 22 de agosto de 2022.

A seguir está apresentada a movimentação dos dividendos a pagar e a composição do saldo:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	11.545	8.883
Percentual mínimo obrigatório	25%	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	2.886	2.221
		Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.935
Dividendos aprovados conforme AGO de 11 de março de 2021		3.051
Dividendos pagos em 2021		(8.986)
Adiantamento de dividendos aprovados em dezembro de 2021		3.000
Dividendos propostos no final do exercício		5.500
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.500
Dividendos pagos em 2022		(5.189)
Dividendos intermediários		1.756
Dividendos propostos no final do exercício		9.490
Saldo em 31 de dezembro de 2022		11.557

15 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2022	2021
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Ativos ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	9.850	3.583
Contas a receber	2.168	1.525
Outros créditos	59	47
	12.077	5.155
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Passivos ao custo amortizado		
Fornecedores	19	155
Partes relacionadas	-	1
Dividendos a pagar	11.557	5.500
	11.576	5.656

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022.

b. Gerenciamento de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na busca de minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional da Companhia.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, saldos entre partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, nos próximos 12 meses, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(i) Risco de crédito

A administração da Companhia entende que o risco de crédito, apesar de concentrado substancialmente em um único cliente (Eletrobrás), é mitigado considerando-se a solidez da situação patrimonial e financeira deste terceiro e os contratos firmados que minimizam os eventuais problemas decorrentes de inadimplência.

(ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

(iii) Risco de mercado - Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção, mas pondera que considera irrelevante sua exposição neste sentido, uma vez que os saldos de empréstimos da Companhia não são relevantes.

c. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia mantém recursos financeiros originados em capital próprio em montantes julgados suficientes (informação não auditada) pela Administração para manutenção de suas operações e desenvolvimento de plano de investimento e expansão.

16 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	14.982	12.180
(-) PIS sobre faturamento	(93)	(76)
(-) COFINS sobre faturamento	(430)	(353)
Receita líquida de vendas	14.459	11.751

17 Custo dos serviços vendidos

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração são apresentadas a seguir:

	2022	2021
Depreciações e amortizações	(642)	(629)
Serviços de terceiros	(877)	(499)
Salários, encargos e benefícios	(1.158)	(1.046)
Materiais diversos	(239)	(179)
Honorários da diretoria (com encargos)	(137)	(144)
Outras despesas líquidas	(103)	(158)
	(3.156)	(2.655)
Classificados como:		
Custo do serviço	(2.916)	(2.353)
Despesas gerais e administrativas	(212)	(295)
Outras despesas operacionais, líquidas	(28)	(7)
	(3.156)	(2.655)

18 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	681	127
Juros sobre mútuo	-	24
	681	151
 Despesas financeiras		
Demais despesas financeiras	(5)	(8)
	(5)	(8)
 Resultado financeiro, líquido	676	143

19 Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de cobertura de seguros em montante considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos na PCH Aquarius, levando em conta a natureza e o grau de risco. A Companhia tem como importância segurada total o montante de R\$ 33.564 (2021 - R\$ 31.310), conforme aberturas abaixo:

Bens segurados	Data de vigência		Importância
	De	Até	segurada
2022			
Patrimonial - Todos os riscos, inclusive lucros cessantes	18/06/2022	18/06/2023	30.564
Responsabilidade civil	18/06/2022	18/06/2023	3.000
2021			
Patrimonial - Todos os riscos, inclusive lucros cessantes	18/06/2021	18/06/2022	28.310
Responsabilidade civil	18/06/2021	18/06/2022	3.000